

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SOB OLHAR DO JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: A EXPERIÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS PEBA E LAMEIRÃO, DELMIRO GOUVEIA, SERTÃO DE ALAGOAS, 1986-1991.

Aline Oliveira da Silva
Mestranda em História/UFAL/PPGH
allinneholiveira@gmail.com

José Vieira da Cruz
Professor Associado da UFS, do PPGH/UFAL e Pós-doc/UFPE
jose.vieira@academico.ufs.br

RESUMO

Esta pesquisa estuda, nas páginas do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (JST), as experiências de resistência que resultaram na criação dos assentamentos Peba e Lameirão, em Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do Rio São Francisco, no período de 1986 — quando ocorre o primeiro encontro regional dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra em Alagoas, um dos primeiros registros produzidos pelo referido periódico, sobre a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Alagoas —, até 1991 — quando após o processo de ocupação e disputas pela Fazenda Peba, a lida entre latifundiários e as famílias dos trabalhadores(as) sem terra, registradas nas páginas do *JST*, resultaram na criação dos assentamentos Peba e Lameirão. A partir deste objeto e recorte espaço-temporal, além da consulta às páginas do respectivo jornal, também é analisado o ponto de vista dos participantes dos movimentos sociais do campo na região sob os registros do *JST* — através de um formulário do *Google Forms*. Estratégia metodológica cujo objetivo é compreender como ocorreram a circulação do *JST* em Alagoas no período estudado: endereços, colaboradores(as) e notícias registradas. A literatura já produzida destaca que o *JST* foi costurado a partir das experiências sociais dos(as) participantes do MST. O mencionado jornal registrou as ações dos movimentos sociais do campo em cada unidade da federação — contribuindo, assim, para o processo de germinação/expansão deste Movimento pelo país. Desta forma, o *JST* tornou-se um instrumento para analisar a expansão do Movimento Sem Terra em Alagoas e, em particular, de sua semente embrionária na região do Sertão, a exemplo dos assentamentos Peba e Lameirão, no município de Delmiro Gouveia, em áreas próximas às margens do rio São Francisco. Em síntese, no período de 1986 a 1991, o *JST* constituiu-se em meio de comunicação e de formação política tanto para o MST quanto para os movimentos sociais do campo, inclusive configurando-se como instrumento para denúncias nacionais e internacionais dos conflitos sociais no campo. E, em consonância com o objeto em estudo, apresenta nas notícias, artigos e outras matérias vinculadas nas suas páginas os registros das experiências de resistências que resultaram na criação dos assentamentos Peba e Lameirão, a partir de 1986 a 1991. Um dos primeiros assentamentos da Reforma Agrária de Alagoas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Palavras-chave: Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, reforma agrária, assentamentos Peba e Lameirão

Introdução

A experiência de comunicação do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (JST), já no contexto da Nova República, configurou-se como importante instrumento de comunicação dos movimentos sociais do campo, em particular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No referido contexto, após um período de acúmulo de experiências de resistência contra à ditadura (FICO, 2008), germinaram diferentes experiências/movimentos sociais no campo e nas cidades na América Latina entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980 (DOIMO, 1995). Neste contexto, surgem uma teia de estratégias de comunicação popular, alternativa e comunitária (PERUZZO, 2006; OTRE, 2015).

Dentro desta perspectiva, a comunicação popular foi utilizada inicialmente no enfrentamento de ditaduras e, posteriormente, como base de apoio e compartilhamento de experiências de participação popular, redemocratização e de defesa de direitos à moradia, ao acesso à terra, a florestas, dentre outros. O desenvolvimento e compartilhamento de experiência de comunicação popular, a exemplo do *JST*, tinha a finalidade de empoderar as classes populares em suas experiências em oposição a ordem capitalista (OTRE, 2015, p. 74). Assim, o campo de conhecimento relativo à comunicação popular reflete a divulgação de registros, estratégias e perspectivas de interesse dos movimentos sociais (PERUZZO, 2013, p. 166).

Envolto nesta perspectiva, o *JST*, criado em meados da década de 1980 pelo MST, é um exemplo de instrumento de comunicação popular — estruturado para divulgar ideias, discussões, notícias, atividades e mobilizações a favor das pautas dos movimentos sociais do campo (BEZERRA, 2011, p. 264). O referido instrumento de comunicação, por sua vez, é mais antigo que o próprio MST. O mencionado periódico, surgiu com a denominação de *Boletim Informativo dos Sem Terra*, cuja circulação ocorreu entre 1981 a 1984, para veicular notícias das manifestações dos(as) acampados(as) em

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ronda Alta, Rio Grande do Sul (OLIVEIRA FILHA, 2012, p. 2). Neste interstício de tempo, o *Boletim* passou por várias mudanças até que, em 1984, após Encontro Nacional que oficializou a criação do MST, ocorreu a mudança de *Boletim* para *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* (BEZERRA, 2011, p. 58).

Na sequência, após a realização do 1.º Congresso do MST em 1985, o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* foi transferido do Rio Grande do Sul para São Paulo. Após esta mudança ele passou a ser considerado o veículo de comunicação do Movimento. Assim, após 1985 o *JST* passou a circular em todo território brasileiro como órgão oficial do MST (BEZERRA, 2011, p. 261). A este respeito, para Elza Oliveira Filha (2012, p. 9), o *Jornal Sem Terra*, como é popularmente chamado pelo conjunto dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra, garantiu por um lado, a veiculação de registros, informações e análises contra hegemônicas em relação aos veículos da imprensa conservadores e os setores econômicos capitalistas, e, por outro, a divulgação de ideias, propostas e projetos de reforma agrária e de justiça social para trabalhadores(as) do campo.

Para Fábio Coelho (2019, p. 8—10) o *Jornal Sem Terra* pode ser considerado um instrumento político de informação e de agitação da base social do MST, pois ele contribuiu na constituição da unidade política, por meio da anunciação de informações, estratégias e valores. Os estudos a respeito do *JST* confirmam que a partir do registro e divulgação das experiências aradas em diferentes localidades, estados e regiões, ele configurou-se como fundamental para a formação política, trabalho de base e estratégias de mobilização social. Assim, através da leitura individual ou coletiva do referido periódico, os(as) trabalhadores(as) visualizaram a territorialização da luta, como também foram estimulados a se sentirem pertencentes a um movimento de âmbito nacional.

Através destes objetivos, o *Jornal Sem Terra* passou a informar a trajetória do MST e de outros movimentos sociais do campo nos estados. No que corresponde as anunciações de Alagoas, a primeira citação foi a respeito da realização do Encontro Regional dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra, realizado em 1986 no município de Inhapi, Sertão de Alagoas (JST, 1986, p. 2). A partir deste registro o *Jornal Sem Terra* passou a anunciar as estratégias de resistência realizadas pelos(as) sem terra também no mencionado estado. Em meio a estes primeiros registros, destaca-se o percurso de acontecimentos que resultaram na constituição dos assentamentos Peba e Lameirão — após

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o acúmulo de experiências de ocupações e de reocupações de fazendas, praças e prédios públicos, entre os anos de 1986 a 1991.

Em torno deste recorte — espacial, político e social que resultou na constituição dos assentamentos Peba e Lameirão, em Delmiro Gouveia, Alagoas, entre 1986 a 1991 —, os registros do *Jornal Sem Terra* representam uma importante fonte de contraponto, interlocução e de análise. Observado a relevância deste instrumento de comunicação, este estudo também realizou a aplicação de um questionário, formulado a partir da ferramenta *Google Forms*, aplicado junto a membros da coordenação do MST em Alagoas no período em estudo.

Balizado por esta abordagem teórica e metodológica, este estudo interrelaciona dois momentos. No primeiro, descreve-se a primeira ação dos(as) trabalhadores(as) rurais de Alagoas, informadas pelo *JST*. E, por fim, no segundo momento, discute-se as principais reportagens do *JST* a respeito das experiências de Peba e Lameirão, localizados em Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas.

Alagoas no Movimento: bem-vindo(a)s companheiro(a)s...

Na primeira semana de outubro [de 1986], realizou-se um encontro regional de trabalhadores sem terra alagoanos. Participaram [do Encontro trabalhadores] lavradores de quatro municípios da região [do Sertão de Alagoas, no município] de Inhapi, onde está começando a articulação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Estado. Bem vindos[sic] companheiros de Alagoas! (*JST*, 1986, p. 2)

Em outubro de 1986, ocorreu no município de Inhapi, Sertão de Alagoas, o 1.º Encontro Regional dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra Alagoanos(as), conforme o registro do *Jornal Sem Terra*. O mencionado registro descreve o Encontro e confere boas-vindas do MST aos trabalhadores(as) sem terra que passavam a fazer parte do Movimento.

O mencionado Encontro, anunciado pelo *JST*, foi resultado da participação de Luiz Valério da Silva e de Alexandre — integrantes da Pastoral Rural, vinculados ao Sindicato Rural de Inhapi —, que relataram a experiência no 1.º Congresso do MST, ocorrido no estado do Paraná, em 1985. O referido Congresso teve como lema “Sem Reforma Agrária não há Democracia” (FERNANDES, 1999, p. 81) e externou as diretri-

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

zes que os(as) trabalhadores(as) sem terra passariam a seguir a partir do tripé “luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo” (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 53). Dentre estas diretrizes, estava a organização de encontros e do movimento em outros estados e regiões do país.

É sob este horizonte que ocorre a realização do mencionado Encontro dos(as) Trabalhadores(as) Sem Terra de Alagoas, no município de Inhapi, na região do Sertão, em meados da década de 1980. A partir deste acontecimento, as fontes analisadas — jornais, entrevista, dentre outras —, registram uma mudança de rumo na perspectiva pedagógica e, sobretudo, de formação política daqueles trabalhadores(as), em particular, quanto as ações centradas na luta pelo direito a terra, incluindo manifestações, marchas, ocupações dentre outras experiências políticas. Nesse sentido, para os(as) participantes do MST, já não bastava evocar o direito pelo uso e posse da terra. Era necessário agir, ocupar e promover ações efetivas em favor da reforma agrária.

Participaram do mencionado Encontro, diretores dos sindicatos rurais de Inhapi e de Delmiro Gouveia, lideranças das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) de Inhapi e de Mata Grande, dois representantes da direção nacional do MST e também do Movimento no estado de Sergipe — João Sessenta e Madalena. Das discussões realizadas no Encontro, ocorrido em 1986, encaminhou-se a criação da secretaria estadual do MST em Alagoas sediada no Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais (STTR) de Inhapi, como também ocorreu a composição da coordenação estadual e o compartilhamento de objetivos, atividades e agenda do Movimento (OLIVEIRA, 2019).

A partir deste Encontro foi organizado uma comissão de trabalhadores(as) rurais sem terra para conhecer a experiência de resistência das famílias acampadas na Fazenda Borda da Mata, no município de Canhoba, em Sergipe, ocupada em 1986 (FERNANDES, 1999, p. 98). Segundo Manoel de Aguiar Correia — filiado ao STTR de Inhapi —, após a criação da secretaria e da coordenação do MST em Alagoas, alguns dos seus integrantes também foram conhecer e participar de experiências formativas do MST, nos estados de Sergipe e Bahia. Além disso, os(as) integrantes da coordenação do MST/AL passaram a acompanhar o conflito da Fazenda Peba, localizada em Delmiro Gouveia, iniciado a partir de meados de 1986.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Como desdobramento do mencionado Encontro acrescenta-se também a circulação do *JST* em Alagoas, o periódico inicialmente chegava a Inhapi quando os integrantes da coordenação participavam de encontros e/ou reuniões nacionais do MST. Posteriormente, quando a secretaria do MST se transferiu para os municípios de Arapiraca e depois Maceió, ele passou a vir por correspondência postal. Entre os 1986 a 1991, houveram três colaboradores do *JST* em Alagoas, conhecido pelos nomes de Severino, Geuzemar e Jaime Amorim (SILVA, 2019).

A distribuição do periódico no estado ocorria via os STTRs parceiros do MST, a exemplo, dos sindicatos rurais de Delmiro Gouveia e de Inhapi, como também, através de lideranças do Movimento, de assentados(as) e de acampados(as) que repassavam os exemplares impressos do *JST*. A leitura do referido jornal ajudava a embasar as análises de conjuntura dos encontros estaduais, como também as reuniões dos assentamentos e dos acampamentos no fazer-se do trabalho de base, formação política e mobilização social (SILVA, 2019).

Registros do *Jornal Sem Terra (JST)*

Assim, após a realização do primeiro Encontro Regional dos(as) Trabalhadores(as) Sem Terra em Alagoas, o *JST* começou a veicular as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo na região. Portanto, o *JST* além de divulgar informações, acontecimentos e discussões sobre a reforma agrária, também é uma fonte de registro das experiências pelo direito a terra em Alagoas, em particular, das experiências de Peba e Lameirão, na região do Sertão do Rio São Francisco.

Neste contexto, segundo a entrevista realizada com Lourdes Santana (2016) — freira e membro da paróquia de Delmiro Gouveia —, a violência do conflito envolvendo os(as) arrendatários(as) das terras com o proprietário da Fazenda Peba desembocou na ocupação e no acirramento da disputa com a elite política e econômica local. Experiência de resistência ocorrida enquanto desdobramento das ameaças deferidas pelo fazendeiro Miguel Gandu Dacach — membro da União Democrática Ruralista (UDR) no Sertão de Alagoas — contra aproximadamente 66 famílias arrendatárias por volta de setembro de 1986. Nas páginas do *JST*, a referida propriedade possuía próximo de 1.200

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

hectares, localizados à seis quilômetros da sede do município de Delmiro Gouveia (JST, 1987, p. 6).

A dimensão e forma de utilização da fazenda a enquadrava, conforme os debates sobre a reforma agrária daquele período, como uma propriedade improdutiva — conforme critérios do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) formulados a partir das discussões fomentadas entre 1984 a 1986. Assim, dois anos antes, em 1984 — diante dos embates, constatação e disputas relacionadas a reforma agrária, ou seja, sobre o uso social da fazenda —, o proprietário do referido latifúndio tomou a iniciativa de arrendar cerca de 500 tarefas de terras, o equivalente a 130 hectares, para 66 famílias da região por um período de três anos (PEBA, 1987, p.1).

Em razão deste acordo, os arrendatários(as)/trabalhadores(as) sem terra que iniciaram o preparo e o plantio de milho, feijão, algodão, batata, abóbora entre outros cultivos, dois anos depois, em 1986, passaram a alça de mira do latifundiário Miguel Gandu Dacach. O referido proprietário desfez o acordo verbal com as famílias, ameaçou de retirá-las a força, sem permitir a colheita de suas roças, portanto, descumprindo o acordo. Segundo o *JST*, o latifundiário procurou justificar a expulsão dos(as) arrendatários(as) para usar a terra como pastagens na criação de bovinos (JST, 1987, p. 6).

Sob está incontestável situação de ameaça, os(as) arrendatários(as) pediram orientação à Igreja Católica e ao STTR de Delmiro Gouveia. A este respeito, segundo a narrativa concedida por Santana (2016), tanto STTR o quanto à Igreja auxiliaram nas negociações entre os(as) trabalhadores(as) e o latifundiário. Entretanto, a mediação não foi suficiente para evitar o conflito ocorrido por volta de novembro de 1986. Os registros do *JST*, noticiam que o fato dos animais terem devorado os cultivos dos(as) arrendatários(as) não alterou o ânimo de resistência dos(as) trabalhadores(as). Eles permanecerem na terra, exigiram reparação e recusaram a irrisória indenização proposta pelo latifundiário (JST, 1987, p. 8). E, a partir da articulação dos sindicatos rurais da região e da recém-criada Secretaria Rural da Central Única dos Trabalhadores/AL o conflito de Peba foi denunciado a Secretária de Segurança Pública (CORREIA, 2020).

Após esta denúncia, uma audiência judicial foi marcada com as partes envolvidas. Segundo o *JST*, a audiência ocorreu em 09/11/1986, em Maceió, capital de Alagoas. E na mencionada audiência, os(as) trabalhadores(as) — acompanhados(as) por re-

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

presentantes do STTR/Delmiro Gouveia —, não tiveram assessoramento jurídico para defendê-los (JST, 1987, p. 8). Diante destas ameaças, algumas famílias com objetivo de ampliar a correlação de forças recorreram ao STTR/Inhapi. Na época, a referida entidade — já associada à CUT, ao MST e à perspectiva do novo sindicalismo rural — era conhecida pelo engajamento no trabalho de defesa dos direitos dos(as) trabalhadores(as) rurais (SANTANA, 2016).

Após a obtenção destes apoios, membros do STTR/Inhapi e do MST realizaram uma reunião com os(as) arrendatários(as) da Fazenda Peba em novembro de 1986. A partir desta reunião teve início o trabalho de base do referido sindicato e do Movimento aos trabalhadores(as) que estavam sob ameaça. Destaca-se neste trabalho de acompanhamento a participação do ativista social Luiz Valério da Silva, em particular, junto às experiências de resistência da ocupação do Peba (OLIVEIRA, 2020).

Assim, o trabalho de base junto aos trabalhadores(as) sem terra da região do Sertão de Alagoas — articulado pelas CEBs, pelos STTRs e pelo MST — resultou na experiência de ocupação da Fazenda Peba pelas famílias que resistiram as táticas de expulsão deferidas pelo latifundiário Miguel Gandu Dacach. De acordo José Roberto da Silva (2013, p. 396), a ocupação da Fazenda Peba ocorreu em 26/01/1987 e a mesma é considerada a primeira ocupação de terra organizada pelo MST em Alagoas. Dessa forma, o apoio as famílias arrendatárias da Fazenda Peba em conflito com o latifundiário correspondeu a uma etapa importante pela Reforma Agrária em Alagoas, a partir do Sertão do Rio São Francisco.

Frente a esse cenário de conflito, de perseguição e de coerção político-social os(as) trabalhadores(as) rurais tentaram permanecer firmes na experiência de resistência de ocupação da Fazenda Peba. Sendo assim, por volta do mês de setembro de 1987, o latifundiário Clóvis Isaias Filho, afirmando ter negociada a Fazenda Peba com Miguel Gandu Dacach, com dez homens armados invadiram a área cultivada pelos(as) trabalhadores(as), iniciou a construção de uma cerca e colocou 30 cabeças de bovinos na lavoura. Diante desta violência, das 66 famílias que iniciaram o processo de ocupação em janeiro de 1987, 39 famílias continuavam ocupando, produzindo e resistindo na ocupação da fazenda, frente as tentativas de expulsão e de agressão (JST, 1987, p. 6).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em face desse cenário de violência os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra do Sertão denunciaram, através do *JST*, o clima de tensão da Fazenda Peba como resultado da falta de compromisso das autoridades que não combatiam a violência contra os(as) trabalhadores(as) rurais. Além disso, apontaram que as autoridades fundiárias e policiais são cúmplices dos interesses dos latifundiários. Os(as) trabalhadores(as) culpavam também o governo da Nova República, os representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) que demonstravam incapacidade para realizar a reforma agrária (*JST*, 1987, p. 6).

Portanto, em razão da morosidade do processo de desapropriação da Fazenda Peba — aprovado em maio de 1987 pela Comissão de Reforma Agrária do Estado de Alagoas, recebido em julho daquele ano pelo Ministério da Reforma Agrária, mas que até o mês de setembro o MIRAD não havia se pronunciado a respeito do processo desapropriação — os(as) trabalhadores(as) continuaram sendo ameaçados pelos latifundiários da região e sujeitos a atos de violência (*JST*, 1987, p. 6).

Mesmo com o processo de articulação daqueles(as) trabalhadores(as) rurais junto aos movimentos progressistas da Igreja Católica, aos sindicatos rurais, à CUT e ao MST, em setembro de 1987 a polícia com um mandado de despejo, assinado pelo juiz da Comarca de Delmiro Gouveia, expulsou os(as) trabalhadores(as) da Fazenda Peba e queimou as suas casas (*JST*, 1988, p. 9). O despejo se configurou com teor de agressividade e crueldade, causou a desmobilização dos(as) trabalhadores(as) rurais que lutavam para que a Fazenda Peba fosse destinada para fins sociais de reforma agrária. Assim, momentaneamente, a articulação política, econômica e policial das forças estabelecidas conseguiram naquele instante desarticular a organização social dos(as) trabalhadores(as) rurais da referida fazenda.

No entanto, após a desarticulação da ocupação da Fazenda Peba em 1987, a coordenação MST/AL e do STTR de Inhapi, realizaram durante alguns meses um trabalho de base para reorganização de famílias sem terra da região para a reocupação da referida fazenda. A decisão da reocupação da Fazenda Peba, segundo a coordenação do MST, tinha dentre as finalidades de denunciar a desilusão dos(as) trabalhadores(as) com o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Plano Nacional de Reforma Agrária e com o governo estadual, que não cumpriu as metas estabelecidas (JST, 1988, p. 9).

Frente a ação de reocupação da Fazenda Pebá, no mesmo dia, em 26/02/1988, por volta das primeiras horas da manhã, o juiz da comarca de Delmiro Gouveia compareceu até o acampamento e alegou que os(as) trabalhadores(as) tinham o prazo de 24 horas para saírem da terra. No entanto, os(as) trabalhadores(as) perceberam que a ordem judicial era antiga e responderam à intimidação permanecendo na terra (JST, 1988, p. 9).

O *Jornal Sem Terra*, enquanto veículo de comunicação dos movimentos sociais do campo, reportou que na resistência arada na experiência de reocupação da Fazenda Pebá, ocorrida em 1988, surgiram especulações de que o latifundiário Miguel Gandu Dacach entrou em contato com as autoridades para que as referidas terras fossem adquiridas e não desapropriadas. Estratégia que garantiria ao latifundiário receber uma indenização financeira das terras reocupadas e, por outro, não mais persistisse nos esforços de expulsar as famílias sem terra do acampamento Pebá (JST, 1988, p. 9).

Norteados por essa perspectiva de resistência, em 27/04/1988, os(as) acampados(as) da Fazenda Pebá ocuparam o pátio da Secretaria Estadual de Agricultura do Estado de Alagoas, localizada em Maceió. A ocupação aconteceu por conta da indiferença do governo estadual com a questão do acesso à terra, em particular, com o processo de desapropriação da Fazenda Pebá e com as famílias acampadas há dois meses na reocupação da fazenda. A manifestação destes(as) trabalhadores(as) também tinha a finalidade de reivindicar alimentação, sementes e máquinas para preparar a terra para o plantio e agendar uma audiência com o Ministro da Reforma Agrária, na época Jader Barbalho (JST, 1988, p. 6).

Esta mobilização, dentre os seus resultados conseguiu realizar uma reunião com o Secretário de Agricultura, na época Olavo Calheiros, na manhã do dia 28 de abril, após os(as) acampados(as) manifestarem sua insatisfação, batendo em canos e gritando palavras de ordens. A referida audiência com o Secretário teve uma duração de aproximadamente três horas. Da parte do Movimento, fizeram parte da audiência uma comissão de acampados(as) e um dirigente da CUT, enquanto 50 outros participantes do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

acampamento continuaram no pátio da secretaria cantando, ecoando palavras de ordem e tecendo pressão política (JST, 1988, p. 6).

Os resultados da negociação foi o compromisso firmado, pelo governo estadual com os(as) acampados(as), de garantir alimentação por dois meses e de distribuir cinco mil quilos de sementes. Já em relação à solicitação de audiência com o Ministro da Reforma Agrária, ela só ocorreu em 04/05/1988. Neste interstício de tempo, a manifestação dos(as) acampados(as) terminou na tarde do dia 29 de abril daquele ano. A este respeito, o *JST* destacou como novidade o fato da polícia do Governador Fernando Collor de Melo não ter interferido na ação fomentada pelos(as) trabalhadores(as) sem terra (JST, 1988, p. 6).

Os(as) acampados(as) da região do Sertão do Rio São Francisco, do município de Delmiro Gouveia, continuaram denunciando os problemas agrários de Alagoas na capital Maceió, em particular, os relativos ao conflito da Fazenda Peba que persistiam há sete meses depois de sua reocupação. Por outro lado, apesar da mobilização e dos protestos dos(as) acampados(as), o Ministério da Reforma Agrária ainda não tinha encaminhado a desapropriação de Peba e diante desta morosidade os(as) trabalhadores(as) sem terra ocuparam a sede do MIRAD/AL, em 26/09/1988.

Nesta ocupação, o delegado do MIRAD informou que a Fazenda Peba não poderia ser desapropriada porque a propriedade tinha menos de 500 hectares. Informação que divergia dos dados dos relatórios do INCRA — encaminhados aos órgãos de segurança e informação — que registravam o Peba como um latifúndio improdutivo com mais de 500 hectares (ARQUIVO NACIONAL, 1986, p. 5). A manobra ou artifício de possível desmembramento da Fazenda Peba — para que ela não fosse compreendida como latifúndio e ficasse com uma área abaixo de 500 hectares — foi denunciado pelos(as) acampados(as) em carta de maio de 1988, onde alertavam que os fazendeiros da região se articulavam para que a fazenda não fosse desapropriada (PEBA, 1988, p. 1).

Frente a esta correlação de forças, os(as) acampados(as) transferiram parte do acampamento para a Praça Centenário — espaço tradicional de mobilizações sociais — e outra parte continuou ocupando a sede do MIRAD — mantendo a pressão para que as autoridades estaduais e federais encontrassem outros meios legais para assentar os(as) trabalhadores(as) (JST, 1988, p. 8). A pressão realizada durante os 22 dias do acampa-

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mento na Praça Centenário, de 26/09/1988 a 18/10/1988, conseguiu sensibilizar e mobilizar a solidariedade dos sindicatos urbanos e rurais, como também de partidos, igrejas e outros segmentos da sociedade em relação ao apoio político, alimentação, cobertores, assistência médica entre outros (SILVA, 2019, p. 32).

O conjunto de ações realizadas em Maceió — ocupação do MIRAD, da Praça Centenário e da realização de passeatas nas principais ruas da capital — resultou na negociação de 200 hectares da Fazenda Peba e na aquisição de outra área para assentar todas as famílias que estavam no processo de resistência da ocupação de 1987 e da reocupação em 1988. A negociação foi amarrada pelo governo estadual via Instituto de Terras de Alagoas (JST, 1988, p. 4).

As experiências de resistência realizadas pelos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra desde de 1986, quando eclodiu o conflito da Fazenda Peba, da ocupação em 1987 e da reocupação em 1988, resultou na aquisição de parte da Fazenda Peba — possibilitando assentar oito famílias em janeiro de 1989. Já a aquisição da Fazenda Lameirão possibilitou assentar as demais famílias que reocuparam Peba (JST, 1989, p. 5).

A negociação para aquisição da Fazenda Lameirão para fins de reforma agrária teve início junto ao processo de ocupação da Praça Centenário, em 1988. No entanto, para que o governo estadual finalizasse a aquisição os(as) trabalhadores(as) rurais ocuparam a Secretaria Estadual de Agricultura de Alagoas, em Maceió, em 02/05/1989. No referido protesto e ocupação, os(as) acampados(as) reivindicaram que o governo estadual quitasse a aquisição da referida fazenda, coibisse as retaliações do latifundiário que colocou o gado na plantação, e que cumprisse os acordos estabelecidos de viabilizar a infraestrutura do assentamento, fornecimento de sementes para o plantio e alimentação para as famílias (JST, 1989, p. 5).

O *Jornal Sem Terra*, no curso dos anos de 1990 e 1991, continuou evidenciando as mobilizações dos(as) sem terra dos assentamentos Peba e Lameirão. A edição de julho/agosto, de 1990, a exemplo, trouxe a ocupação do INCRA, realizada por cerca de 300 trabalhadores(as) que reivindicaram regularização de terras, recursos para infraestrutura e alimentação para os assentamentos. Neste contexto, os(as) trabalhadores(as) envolvidos nos protestos representavam acampados(as) e assentados(as) do sertão, agreste e zona da mata de Alagoas. Na referida mobilização, por conta da morosidade

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

do órgão para o não recebimento dos(as) trabalhadores(as), ocasionou na ocupação do INCRA e de um supermercado (JST, 1990, p. 16). Os atos e protestos desta mobilização merecem um estudo mais aprofundado.

No Sertão os(as) trabalhadores(as) de Peba e Lameirão continuaram arando ações de resistência para a implementação de infraestrutura básica nos assentamentos. Conforme Bernardo Fernandes (1999, p. 76) a luta pela terra não é o fim, mas o ponto de partida da luta, porque após a conquista da terra outras lutas emergem para a construção do assentamento. Em concordância com esta perspectiva, de acordo Silva (2013, p. 400) a primeira ocupação em prefeitura municipal realizada pelos sem terra em Alagoas aconteceu no Sertão, realizada pelos(as) assentados(as) de Peba e Lameirão.

Segundo o *JST*, dentre as finalidades do referido protesto constava a reivindicação por água, professores, merenda escolar e quite de primeiros socorros, entre outras. O *Jornal Sem Terra* veiculou que as reivindicações foram atendidas. A mencionada ocupação foi noticiada como uma das maiores ações fomentadas pelos(as) sem terra no município de Delmiro Gouveia e que trabalhadores(as) rurais dos municípios vizinhos também somaram forças junto aos assentados(as) de Peba e Lameirão (JST, 1991, p. 7).

Considerações finais

O *JST*, enquanto instrumento de comunicação popular, além das informações noticiadas e de ter sido porta-voz dos movimentos sociais do campo, fez registros históricos importantes sobre o conflito da Fazenda Peba ocorridos em 1986, a experiência de ocupação transcorrida em 1987 e de reocupação fomentada em 1988. Experiências, estratégias e ações de resistência construídas pelos(as) trabalhadores(as) sem terra que desembocaram na germinação dos Assentamentos Peba e Lameirão entre os anos de 1986 a 1991, bem como, enquanto um instrumento que compilou as ações que resultaram no florescimento do MST em Alagoas.

Além disso, o *JST* fortaleceu o embasamento político e teórico da coordenação do Movimento e demais organizações do campo e da cidade. Desta forma, por um lado, o *Jornal Sem Terra* manteve a coordenação do MST, parceiros, assentados(as) e acampados(as) mobilizados, ativos e informados, por outro, potencializou a divulgação das

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ações sobre a violência no campo e a reforma agrária em Alagoas, a partir de encontros, ocupações de prédios e praças públicas, entre outras experiências/movimentos.

Em síntese, a partir das fontes e das referências discutidas, é possível apontar que o *JST* foi um importante meio de comunicação popular utilizado pelos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra para a formação política dos militantes do MST/AL, para anunciar as experiências dos assentamentos Peba e Lameirão, como também, para anunciar a luta permanente para implementação de um projeto de reforma agrária no país — garantindo acesso à terra, saúde, educação, moradia, produção, entre outros direitos aos (as) trabalhadores sem terra do campo.

Referências e Fontes

- ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_86007457_d0001de0001, 1986.
- BEZERRA, Antonio Alves. *O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus temas: 1981-2001*. Tese de doutorado em História. São Paulo: PUC, 2011. Disponível em < <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12678> > acesso em 20/12/2019.
- BEZERRA, Antonio Alves. O jornal como porta-voz das estratégias e ações do MST. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá: UFM, vol.4, n.1, p. 243 – 267, 2011. Disponível em < <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/97> > acesso em 21/05/2021.
- CORREIA, Manoel de Aguiar. Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.
- COELHO, Fábio. O jornal sem terra na organização do MST. In: 30º Simpósio Nacional de História, UFPE, 2019. *Anais do 30º Simpósio Nacional de História*, Recife: UFPE, 2019. Disponível em < https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1551967857_ARQUIVO_TextoCompleto-OJORNALSEMTERANAORGANIZACAODOMST-FabianoCoelho.pdf > acesso em 13/06/2021.
- COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)*. Tese de doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 1999. Disponível em < <https://repositorio.usp.br/item/001070540> > acesso em 25/02/2020.
- JST. Negociação com o MIRAD. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 79, ano VIII, dez. 1988.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- JST. Terra ocupada. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 80, ano IX, Jan e fev. 1989.
- JST. Pressão vitoriosa de assentados. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 95, ano X, jul./agos. 1990.
- JST. Sem terra ocupam fazenda. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 71, ano VIII, mar.1988.
- JST. Lavradores ocupam secretaria. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 73, ano VIII, mai.1988.
- JST. Resistência: uma lição que posseiros repetem sem cansar. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 67, ano VI, out.1987.
- JST. Alagoas no Movimento. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 57, ano V. out.1986.
- JST. Mobilização permanente. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 83, ano IX, mai. 1989.
- OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.
- OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.
- OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida. *Jornal Sem Terra: uma avaliação do principal instrumento de comunicação do MST. Anais do 7º Encontro Anual da ANDHEP*. Curitiba: UFPR, 2012. Disponível em < <http://andhep.org.br/anais/index.php/8-7-encontro/1-anais-do-7-encontro> > acesso em 16/06/2021.
- OTRE, Maria Alice Campagnoli. *A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil: uma análise das dissertações e teses produzidas em Programa de Pós-graduação em Comunicação Social entre 1972 e 2022*. Tese de doutorado em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015. Disponível em < <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1496/2/Maria%20Otre.pdf> > acesso em 29/04/2021.
- PEBA. *Informativo dos Trabalhadores da Fazenda Peba*. Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987.
- PEBA, acampados da fazenda. *Carta*. Delmiro Gouveia, 1988.
- PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. *Contemporanea, comunicação e cultura*, Salvador: UFBA, v.11, n.01, p. 138-158, 2013. Disponível em < <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980> > acesso em 18/05/2021.
- PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: *Anais XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Brasília: UNB, 2006. Disponível em <

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf> > acesso em 12/05/2021.

SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

SILVA, Aline Oliveira da. *A luta pela terra no sertão do rio São Francisco: a experiência do assentamento Lameirão*, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1989 – 2014.

Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2019. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5039> > acesso em 15/05/2021.

SILVA, Aline Oliveira da. *Jornal Sem Terra em Alagoas [Formulário Google Forms]*. Maceió: PPGH/UFAL, 2019.

SILVA, José Roberto. *Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017*. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.) *et al. Terra em alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.